



## INTRODUÇÃO

O presente relatório de actividades é o último relativo à execução do Plano Trienal 1999-2001. Em consequência, além de ser feito o balanço da actividade desenvolvida em 2001, são também apresentados alguns indicadores relativos à execução do Plano nos três anos.

Ao longo destes três anos, grandes alterações se verificaram na organização, funcionamento e competência do Tribunal de Contas, decorrentes da aprovação da nova Lei de Organização e Processo do TC (Lei 98/97, de 26 de Agosto) e da posterior publicação, em 1999, do Estatuto dos seus Serviços de Apoio (Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro). O impacto tornou-se mais visível a partir de 1999, ano de início do Plano Trienal em referência. A obrigatoriedade da elaboração de um plano trienal foi estabelecida pela Lei 98/97.

Das inovações introduzidas por esta Lei salienta-se a consagração da auditoria como método importante do exercício do controlo financeiro, sendo actualmente a realização de auditorias uma vertente substancial da actividade do Tribunal. Paralelamente, o Estatuto dos Serviços de Apoio instituiu um corpo especial de auditores, consultores e técnicos verificadores.

Refira-se que, pela primeira vez, em 2001, foram nomeados funcionários para a carreira de auditor (9 auditores), na sequência de concurso externo, tendo também sido aberto o primeiro concurso para admissão a estágio na carreira de técnico verificador superior (ainda em curso no final de 2001), consubstanciando, assim, os primeiros recrutamentos para o corpo especial de fiscalização e controlo, após a sua criação em 1999.

Com a publicação, em 2001, do Decreto-Lei n.º 52/2001, de 15 de Fevereiro, que veio permitir a aposentação voluntária antecipada, de carácter excepcional e transitório, a funcionários afectos aos serviços operativos cujas funções foram profundamente alteradas, aposentaram-se neste ano 22 funcionários, com repercussão fundamentalmente nos grupos de pessoal técnico profissional e pessoal administrativo.

Durante o ano de 2001 e no âmbito da sua missão de controlo da legalidade, da regularidade e da gestão financeira, quer do Sector Público Administrativo quer do Sector Público Empresarial, e da efectivação de responsabilidades financeiras, esta apenas para o primeiro sector, o Tribunal de Contas obteve os seguintes principais resultados:

- ◆ Controlo prévio de 4 688 actos, contratos e outros documentos geradores de despesa, remetidos por 870 entidades da Administração Central, Local e Regional, correspondentes a uma despesa controlada no montante de 11 165 milhões de euros, tendo sido recusado o visto em processos cuja despesa ascendia a cerca de 204 milhões de euros;





- ◆ Aprovados 30 relatórios de auditorias de fiscalização concomitante realizadas a procedimentos administrativos relativos a actos e contratos que não tinham de ser remetidos para fiscalização prévia;
- ◆ Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas, de 1999, bem como os pareceres sobre as contas da Assembleia da República (de 1999) e das Assembleias Legislativas Regionais (da Madeira, contas de 1998 e de 1999, e dos Açores, conta de 2000);
- ◆ Aprovados 88 relatórios de auditoria e de verificação externa de contas, no âmbito da fiscalização sucessiva;
- ◆ Verificação interna de 979 contas, com homologação do Tribunal, relativas a 755 entidades e correspondendo a um volume financeiro controlado de 52 787 milhões de euros;
- ◆ Efectivação de responsabilidades financeiras, tendo sido proferidas 9 sentenças condenatórias e 10 absolutórias e mandados arquivar 18 processos por pagamento voluntário. Em resultado destes processos foram ordenadas reposições no montante de 67 244,54 euros e foram aplicadas multas no montante de 11 522,23 euros.

Os resultados da actividade do Tribunal destinaram-se fundamentalmente à Assembleia da República, ao Governo, às entidades auditadas, aos órgãos que as tutelam e aos cidadãos em geral.

As recomendações feitas às entidades auditadas visaram, fundamentalmente, corrigir deficiências e evitá-las no futuro, melhorar a prestação de contas e contribuir para uma melhor gestão, sendo a finalidade última contribuir para melhorar a utilização dos dinheiros públicos.

Em 2001, o Tribunal continuou a investir no desenvolvimento dos seus recursos humanos, através da formação e aperfeiçoamento profissional dos seus funcionários, tendo organizado 67 acções de formação interna, nas quais participaram uma média de 14 funcionários por acção, para além de ter havido participação de funcionários em 104 acções de formação no exterior (224 participações).

Continuou a ser dada especial atenção aos recursos informáticos. Assim, para o ano de 2001, salienta-se o arranque da rede de área alargada entre a Sede e as Secções Regionais, passando estes três pontos a dispor de uma infra-estrutura comum de comunicações que lhes permite unificar os sistemas de correio electrónico, a difusão e publicação de informação e as soluções aplicacionais. Salienta-se, ainda, o início do desenho de uma solução de vídeo-conferência, destinado não apenas a interligar a Sede e as Secções Regionais, mas também a interligar o próprio Tribunal a outros Tribunais.

Relativamente ao reequipamento e modernização do parque informático, continuaram a ser reforçados os postos de trabalho móveis com a aquisição de micro-computadores portáteis para os auditores.

Sublinha-se, também, que no ano de 2001, continuaram os trabalhos com vista ao pleno início da actividade do *Gabinete de Auditoria Interna*, reforçando-se assim o sistema de controlo interno dos Serviços de Apoio do Tribunal.

O Tribunal continuou a intensificar a colaboração com a Assembleia da República. Nesse sentido, o seu Presidente participou numa reunião com a Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, realizada na Assembleia da República, e fez entrega, ao Presidente da Assembleia da República, de relatórios de auditoria e do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 1999.

No âmbito da colaboração com os órgãos de controlo interno, o Presidente do Tribunal participou num encontro organizado pelo Conselho Coordenador do Controlo Interno sobre *A Qualidade da Despesa Pública*, fazendo uma intervenção sobre este tema.

Paralelamente ao desenvolvimento da sua actividade principal, em 2001, o Tribunal continuou a desenvolver a cooperação aos níveis comunitário e internacional. Neste sentido, refira-se a participação do TC nos seminários e congressos das organizações internacionais de que é membro (INTOSAI, EUROSAI e OLACEFS), tendo o Tribunal organizado as Jornadas EUROSAI, realizadas na Madeira.

O Tribunal de Contas português organizou, ainda, o V encontro das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se realizou em Ponta Delgada, nos Açores, para além de ter participado em outros encontros da CPLP e de ter recebido representantes dos Tribunais de Contas do Brasil e de S. Tomé e Príncipe, em visita ao Tribunal, e de ter recebido, em estágio, técnicos e Magistrados de outros Tribunais.